

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS

LUCAS EDUARDO COSTA

**Perspectivas de políticas linguísticas de inclusão do ensino
de língua espanhola nas escolas da rede pública municipal
de Pilar (AL)**

Maceió
2024

LUCAS EDUARDO COSTA

**Perspectivas de políticas linguísticas de inclusão do ensino
de língua espanhola nas escolas da rede pública municipal
de Pilar (AL)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado em Letras Espanhol pela
Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Vieira Bezerra
Higino de Oliveira

Maceió
2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Elisângela Vilela dos Santos – CRB-4 – 2056

C837p Costa, Lucas Eduardo.

Perspectivas de políticas linguísticas de inclusão do ensino de língua espanhola nas escolas da rede pública municipal de Pilar (AL) / Lucas Eduardo Costa. – 2024.

30 f.: il., color.

Orientadora: Aline Vieira Bezerra Higino de Oliveira.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Letras – Espanhol) –
Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 29-30.

1. Ensino de línguas – Espanhol. 2. Educação bilíngue. 3. Política linguística
4. Educação pública. 5. Política educacional. I. Título.

CDU: 811.134.2:371.3

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUCAS EDUARDO COSTA

PERSPECTIVAS DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE INCLUSÃO DO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PILAR (AL)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado em Letras Espanhol pela
Universidade Federal de Alagoas.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **ALINE VIEIRA BEZERRA HIGINO DE OLIVEIRA**
Data: 04/12/2024 20:16:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Aline Vieira Bezerra Higino de Oliveira

Documento assinado digitalmente
 **ELIANE BARBOSA DA SILVA**
Data: 05/12/2024 14:20:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Eliane Barbosa da Silva

Documento assinado digitalmente
 **KRISTIANNY BRANDAO BARBOSA DE AZAMBUJA**
Data: 04/12/2024 22:17:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Kristianny Brandão Barbosa de Azambuja

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos professores de Língua Espanhola do Estado de Alagoas, que apesar dos dissabores da profissão, resistem e lutam bravamente.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por ter sido o meu auxílio e conforto, em todos os desertos que atravessei.

Agradeço a minha mãe, Maricélia Costa, por ter me ensinado a ser forte e resiliente, por ser o meu refúgio e a minha fortaleza.

Agradeço a minha irmã, Bárbara Layanne, pela presença constante.

Agradeço a minha esposa, Marcélia Lopes, por ter devaneado comigo e ter me apoiado em todo o trajeto.

Agradeço aos professores do curso Letras Espanhol – EaD - da UFAL, especialmente às professoras Eliane Barbosa, Kristianny Azambuja e Patricia Neyra, e ao professor Josefh Queiroz, pelos ensinamentos, pela dedicação e pela paciência.

Agradeço a minha orientadora Aline Vieira, pela disponibilidade, pela generosidade e pela confiança.

Agradeço aos colegas de curso, em particular ao Jarbas Macena, pelas contribuições acadêmicas.

Enfim, agradeço a todos os profissionais da Faculdade de Letras (Fale) e do curso de Letras Espanhol da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) pelo compromisso com a educação superior.

“Feliz de quem pôde conhecer a causa das coisas”

Virgílio

RESUMO

Esta pesquisa apresenta um panorama da realidade atual do ensino de língua espanhola nas escolas da rede pública municipal de Pilar (AL), bem como discute as necessidades e as potencialidades de políticas linguísticas para a inclusão desta disciplina na rede regular de ensino do município. Como é sabido, ao longo do tempo as línguas tiveram importância estratégica para governos e instituições, influenciando nas sociedades, na política e na economia, por isso, as políticas linguísticas foram, e ainda são, fundamentais para as políticas públicas e as políticas de governo. O trabalho buscou como objetivo geral realizar um levantamento das necessidades e potencialidades para a inclusão do ensino de língua espanhola nas escolas da rede pública municipal de Pilar (AL); a metodologia utilizada guiou-se pela abordagem qualitativa, a partir do levantamento de dados e informações em bibliografia especializada e em legislação específica pertinente; a base teórica reuniu autores como Calvet (2007), Lagares (2018) e Azambuja; Oliveira (2021). Posto isto, as políticas linguísticas podem ser consideradas instrumentos de controle social, cabendo ao Estado o poder de decisão a respeito das escolhas linguísticas e da sua normatização, neste sentido, o ensino de língua espanhola tem enfrentado desafios na última década, com o apagamento forçado por uma política linguística excludente e autoritária. Em Alagoas, as políticas linguísticas apresentam o mesmo padrão, embora existam algumas iniciativas que contribuem para evidenciar o ensino de língua espanhola na rede pública estadual, a exemplo dos centros estaduais de línguas - CEL - e de alguns cursos esporádicos nas redes municipais de ensino. Em relação ao município de Pilar (AL), podem ser mencionados o curso ofertado na Biblioteca SESI, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Pilar, já no Centro Bilíngue de Pilar, a opção foi pelo Inglês como segunda língua, além da língua portuguesa como língua materna. As perspectivas para a inclusão do ensino de língua espanhola na rede pública municipal de Pilar (AL) perpassam por mudanças na legislação local e por ações concretas que fomentem o ensino-aprendizagem de Espanhol nas escolas da rede pública do município.

Palavras-chave: Política linguística. Ensino de Espanhol. Educação bilíngue.

RESUMEN

Esta investigación presenta un panorama de la realidad actual de la enseñanza del español en las escuelas públicas municipales de Pilar (AL), además de discutir las necesidades y potencialidades de las políticas lingüísticas para la inclusión de esta asignatura en la red regular de enseñanza del municipio. Como es bien sabido, las lenguas han tenido una importancia estratégica para los gobiernos y las instituciones a lo largo del tiempo, influyendo en las sociedades, la política y la economía, por lo que las políticas lingüísticas han sido, y siguen siendo, fundamentales para las políticas públicas y de gobierno. El objetivo general de este estudio fue relevar las necesidades y potencialidades para la inclusión de la enseñanza del español en las escuelas públicas del municipio de Pilar (AL); la metodología utilizada estuvo guiada por un enfoque cualitativo, basado en la recopilación de datos e información en bibliografía especializada y en legislación específica pertinente; la base teórica reunió a autores como Calvet (2007), Lagares (2018) y Azambuja; Oliveira (2021). Dicho esto, las políticas lingüísticas pueden considerarse instrumentos de control social, siendo el Estado el que tiene el poder de decidir sobre las opciones lingüísticas y su normalización. En este sentido, la enseñanza del español se ha enfrentado a desafíos en la última década, con el borrado forzado por una política lingüística excluyente y autoritaria. En Alagoas, las políticas lingüísticas siguen el mismo patrón, aunque existen algunas iniciativas que contribuyen a destacar la enseñanza del español en la red pública estatal, como los centros estatales de idiomas - CEL - y algunos cursos esporádicos en las redes municipales de educación. En relación con el municipio de Pilar (AL), cabe mencionar el curso ofrecido en la Biblioteca del SESI, a través de la Secretaría Municipal de Educación y Cultura de Pilar, mientras que en el Centro Bilingüe de Pilar se optó por el inglés como segunda lengua, además del portugués como lengua materna. Las perspectivas de inclusión de la enseñanza del español en el sistema escolar público municipal de Pilar (AL) se basan en cambios en la legislación local y en acciones concretas para fomentar la enseñanza y el aprendizaje del español en las escuelas públicas del municipio.

Palabras clave: Política lingüística. Enseñanza del español. Educación bilingüe.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: Placa de atrativo turístico no Mirante Rolo do Major, em Pilar (AL)	20
Figura 2: Informativo do SESI na rede social <i>Instagram</i>	22

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. POLÍTICA LINGUÍSTICA DA LÍNGUA ESPANHOLA EM ALAGOAS	12
2. AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO CONTEXTO PILARENSE	16
2.1 Caracterização do município de Pilar (AL).....	16
2.2 Políticas linguísticas recentes em Pilar (AL).....	18
3. PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO DO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PILAR (AL)	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

Na conjuntura atual, o município de Pilar (AL) desponta pelo desenvolvimento econômico e social, assentado em políticas públicas que fomentam o turismo, a cultura e a educação, a partir desta realidade surgiram novas demandas, especialmente relacionadas à educação e ao mercado de trabalho. Nesse sentido, para preencher tais lacunas sociais, evidencia-se a possibilidade de inclusão da língua espanhola nas escolas públicas municipais de Pilar (AL), dada a criação do Centro Bilíngue de Pilar (português e inglês), em 2022, a primeira iniciativa deste tipo no Estado de Alagoas, quando se trata de uma escola bilíngue e de tempo integral, gerida pelo próprio município. Além dos novos empreendimentos, como a estátua do Cristo do Pilar e o kartódromo internacional, ambos em fase de construção, a proximidade com a capital de Alagoas, Maceió, local reconhecido pelo turismo, contribuem para que Pilar (AL) seja, também, um polo de atração turística, o que reforça a necessidade de maiores investimentos em educação e capacitação profissional. Hipótese: a partir do desenvolvimento local nos setores do turismo, da cultura e da educação, surgiu no município de Pilar (AL) uma demanda crescente para a inclusão do ensino de língua espanhola nas escolas da rede pública municipal.

A base teórica deste trabalho sustenta-se na legislação específica, que versa sobre o ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras modernas, neste caso, de língua espanhola, bem como no aparato normativo que regulamenta a educação básica brasileira, maiormente o ensino fundamental. Por isso, vale destacar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – e a chamada “Lei do Espanhol” - Lei nº 11.161, de 05 de agosto de 2005 - que serviram para compreender e explicar a realidade atual, correspondente ao ensino e a aprendizagem de língua espanhola no país e, neste caso, no município de Pilar (AL). Em relação à Lei nº 11.161/2005, sabe-se que “[...] após a revogação da ‘Lei do Espanhol’, estados e municípios, escolas públicas e privadas do estado excluíram o ensino de língua espanhola de seus currículos [...]” (Azambuja; Oliveira, 2021, p. 205), relativo ao município de Pilar (AL), não há informações sobre a disponibilização do componente curricular língua espanhola nas escolas públicas da rede municipal. Também é importante salientar que “apesar de estar cada vez mais incluída nos currículos educacionais, a língua espanhola ainda não está totalmente inserida nas escolas, pois tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio o idioma utilizado é a língua inglesa [...]” (Oliveira, 2018, p. 8), é o que ocorre em Pilar (AL), que possui uma das poucas escolas bilíngues de tempo integral gerida por um município, na região Nordeste. O desinteresse pela inclusão da língua espanhola

no currículo escolar é cada vez mais nítido, as políticas linguísticas têm corroborado com o desprestígio imputado ao ensino de língua espanhola na educação básica brasileira. Por outro lado, “quantos maiores as possibilidades de se estabelecer relações comerciais, culturais e contatos pessoais com indivíduos de outras partes do mundo, maior é a importância do domínio de outros idiomas além da língua materna” (Morais, 2018, p. 27), a implantação do ensino de língua espanhola nas escolas públicas da rede municipal de Pilar (AL) pode ocorrer de diversas formas, incisivamente a partir da demonstração das necessidades de: formação cidadã, mudança social e preparação para o mercado de trabalho.

Este trabalho teve como objetivo geral: realizar um levantamento acerca das necessidades e potencialidades de Pilar (AL), que embasassem o debate sobre a inclusão do ensino de língua espanhola nas escolas públicas municipais de Pilar (AL), por meio da efetivação de políticas públicas e políticas linguísticas locais, e como objetivos específicos: a) apresentar um panorama atual sobre o ensino de língua espanhola na rede pública municipal de Pilar (AL), com base na proposta curricular da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Pilar (AL); b) discutir a ausência do ensino de língua espanhola nas escolas públicas municipais de Pilar (AL), com base na legislação vigente e nas experiências de outros municípios alagoanos que possuem a língua espanhola na grade curricular; c) propor a inclusão do componente curricular língua espanhola nas escolas públicas do município de Pilar (AL), em virtude das necessidades surgidas a partir do desenvolvimento turístico e econômico de Pilar (AL). Por último, o trabalho foi desenvolvido por meio de discussão teórica, pautado pela abordagem qualitativa; foi realizado, previamente, um levantamento de dados e de informações em legislação pertinente, igual modo, pesquisas em bibliografia especializada, notadamente em teses, dissertações e periódicos. No capítulo 1, a discussão está centrada na política linguística da língua espanhola em Alagoas, já no capítulo 2, o debate situa-se em torno das políticas linguísticas no contexto pilarense, por fim, no capítulo 3, são apresentadas perspectivas para a inclusão do ensino de língua espanhola na rede pública municipal de Pilar (AL).

1. POLÍTICA LINGUÍSTICA DA LÍNGUA ESPANHOLA EM ALAGOAS

De um modo geral, ao longo do tempo, as línguas desempenharam determinadas funções nas sociedades, de maneira natural ou convencional, neste último caso para servir a propósitos específicos de governos e instituições, como meio de controle social ou como estratégia política. Devido a sua importância, muitos Estados a consideram como uma questão nacional, intrínseca à formação histórica do povo, por isso, optam pelo protecionismo, com o objetivo de assegurar e promover a continuidade da cultura e das tradições locais. Assim, em diversas ocasiões, as políticas de estado acabam se confundindo com as políticas linguísticas, um equívoco comum, embora, saliente-se, o Estado tenha o poder autônomo de decisão sobre ambas.

Como argumenta Calvet (2007, p. 21) “[...] na maior parte dos casos, as políticas linguísticas são iniciativa do Estado [...]”, logo, cabe ao Estado planejar, articular e normatizar, dispor sobre as questões referentes às políticas linguísticas, ademais criar condições para que a população possa usufruir dessas políticas, através do acesso à educação formal. O poder de deliberação do Estado, nesta situação, pode ter a aparência de autoritarismo, uma vez que sinaliza para a unilateralidade, tanto nas escolhas, como nas imposições, isto ocorre, a título de exemplo, com o apagamento da língua espanhola na educação básica brasileira e com a indicação da língua inglesa, nos documentos oficiais, como língua estrangeira moderna obrigatória.

As justificativas para tais escolhas recaem nas falácias já amplamente divulgadas e que acabam sendo reconhecidas como verdadeiras, a exemplo de: “o inglês é a língua universal” ou “o inglês é a língua do mundo dos negócios”, obviamente uma superestimação que possui o intento de validar o discurso de quem propaga. Aqui não se trata de confrontar línguas, de compará-las ou de gerar um embate entre elas, mas de problematizar, de buscar respostas concretas, técnicas, para as predileções nas políticas linguísticas recentes no Brasil e, conseqüentemente, em Alagoas. Como afirmam Hidalgo e Vinhas (2021, p. 525) “[...] as políticas linguísticas são pautadas conforme as demandas político-econômicas que convém a cada governo”, por este viés, não somente o ensino de língua inglesa, como também o ensino de língua espanhola, podem ser respaldados.

Nesse cenário, aponta Calvet (2007, p. 26) “uma língua não é, em si mesma, racional ou eficaz; ela responde ou não a necessidades sociais, ela segue ou não a progressão da demanda social [...]”, a amplitude de uma língua e, por conseguinte, da política linguística a ela dedicada,

está condicionada a fatores que muitas vezes se dissociam da realidade que, imagina-se, seja comum, isto posto, não se deve recorrer à uniformização política e educacional, principalmente em um país como o Brasil, de dimensões territoriais avantajadas e de grande heterogeneidade étnica e cultural. Com base nesse argumento, quando o Estado delimita e impõe uma política linguística, sem considerar as particularidades de cada grupo, região ou lugar, presta um desserviço às comunidades e à população em geral.

Sobre o ensino-aprendizagem de língua espanhola no Brasil, pairam alguns mitos, dentre eles: “o espanhol é uma língua fácil de aprender” ou “basta frequentar um curso livre para aprender espanhol”, aqui acontece o oposto em relação à língua inglesa, onde há uma evidente subestimação do ensino-aprendizagem da língua espanhola. Essas premissas falsas contribuem para a desvalorização da língua espanhola no contexto educacional brasileiro, inclusive incentiva a criação de políticas linguísticas excludentes e que privilegiam determinadas línguas em prol de um conjunto de interesses político-econômicos de governos neoliberais, como ocorreu no Brasil em 2017, após a reforma do ensino médio que revogou a obrigatoriedade do ensino de língua espanhola, durante o governo de Michel Temer.

Vale ressaltar que o Brasil possuía, e ainda possui, diversos acordos bilaterais e multilaterais com países sul-americanos, inclusive fazendo parte do Mercado Comum do Sul (Mercosul), nos quais a maior parte da população é composta por hispanofalantes e onde o espanhol é a língua oficial, sendo esse um dos motivos para a manutenção da língua espanhola como disciplina obrigatória na educação básica brasileira, tendo as questões fronteiriças, territoriais e as raízes históricas e culturais compartilhadas entre estes países, um peso relevante nas políticas linguísticas. Também os dados e as informações disponíveis indicam que as questões políticas, econômicas, ambientais e relacionadas ao turismo, fortalecem os laços entre o Brasil e os demais países de língua espanhola na América do Sul, como é o caso da Argentina, um dos principais parceiros comerciais do Brasil.

Para Hidalgo e Vinhas (2021, p. 516-517) “[...] retirar o espanhol dos currículos é retirar dos alunos possibilidades de reflexão sobre diversos países da América Latina, os quais passam ou passaram por problemas sócio-históricos análogos aos do Brasil”, se aos alunos é retirada a possibilidade de conhecer, refletir e dialogar sobre as próprias origens e história, como esperar que esses alunos atuem na sociedade da qual fazem parte? Se a escola está formando para o exercício da cidadania, como os documentos oficiais preconizam, como se eximir da responsabilidade de discutir a realidade histórica dos povos, que indica a posição de opressores e de oprimidos, em uma irrefutável luta de classes atemporal? Finalmente, as políticas

linguísticas têm suprido as necessidades educacionais da população brasileira ou está meramente a serviço do capitalismo globalizado?

A era do mundo dos negócios e do empreendedorismo, das novas tecnologias e das redes sociais, do consumismo desenfreado, da comunicação instantânea e das relações passageiras, do acesso deliberado e sem filtragem à informação, tem provocado mudanças nas conjunturas sociais e, inclusive, nas linguagens, com reflexos no modo como as pessoas enxergam as línguas e a sua utilidade. O ensino de língua espanhola tem sofrido com os efeitos desse processo, intensificado por políticas linguísticas que teimam pela marginalização, mas que também tem encontrado certo respaldo no senso comum. Por isso, é imprescindível que os profissionais de Letras Espanhol (professores, especialistas, técnicos etc.) estejam organizados em sindicatos e associações para lutar na defesa do ensino de língua espanhola, no meio político e nas instituições públicas e privadas de ensino, a exemplo do Movimento Fica Espanhol, um marco da mobilização de professores e professoras de língua espanhola, em nível nacional, e da Associação de Professores de Espanhol do Estado de Alagoas (APEEAL), organizada em nível estadual.

Sucintamente, em relação ao ensino de língua espanhola na rede pública estadual e nas redes municipais, destacam-se em Alagoas, na educação básica, os cursos ofertados nos centros estaduais de línguas – Centro Noêmia Gama Ramalho e Centro Estadual de Línguas (CEL) - espalhados por diversas gerências regionais de educação no território alagoano, igualmente o Núcleo de Línguas Estrangeiras, da Secretaria Municipal de Educação de Maceió, já na educação superior, destaca-se o curso de graduação em Letras Português e Espanhol, disponibilizado pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), que também viabiliza o curso de Espanhol preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Ainda, na rede regular estadual e municipal, o ensino de língua espanhola pode ser encontrado como disciplina eletiva, em cursos específicos ou no formato de oficinas, mas em regra não perfaz as grades curriculares permanentes das secretarias municipais de educação e da secretaria estadual de educação. A Universidade Federal de Alagoas ofertou, desde 1996, a graduação em Letras com habilitação dupla, português e espanhol. Em 2019, o curso passou a habilitação única, somente o espanhol. Convém pontuar que a graduação em Letras-Espanhol também é ofertada na modalidade a distância desde 2013 pela instituição.

O ensino de língua espanhola em Alagoas está restrito, quase sempre, a ações isoladas, e ao que parece, constitui-se como uma maneira de compensar a ausência nas grades curriculares obrigatórias dos cursos, especialmente na educação básica. Se por um lado essas ações colaboram para evidenciar o ensino-aprendizagem de língua espanhola no Estado e nos

municípios, por outro oculta a realidade e a necessidade de recolocação da língua espanhola como disciplina obrigatória. Nos últimos anos, as políticas linguísticas em Alagoas têm permitido, discretamente, uma maior abertura para o ensino de Espanhol, apesar de ainda se situar na margem do ensino regular, já que a maioria das instituições segue o padrão curricular estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC), sem ao mínimo buscar soluções mais efetivas para a inclusão da língua espanhola no currículo escolar.

Em suma, as políticas linguísticas têm sido utilizadas como instrumentos de controle social, tendo o Estado a prerrogativa de decidir sobre os rumos de determinadas línguas, ao favorecer algumas em oposição a outras, através de justificativas de conteúdo político-econômico ou a serviço dos interesses da agenda neoliberal. Concernente à política linguística da língua espanhola em Alagoas, nota-se um avanço comedido, com a adoção de medidas paliativas, como a criação dos centros estaduais de línguas - CEL -, no Estado, e de cursos ocasionais, em alguns municípios, o que demonstra um interesse mínimo, mas potencial, do poder público, através das secretarias de educação. É indispensável anotar que estas medidas não podem ser interpretadas como benevolência, pelo contrário, elas respondem às demandas da sociedade por uma educação mais justa, igualitária e democrática.

2. AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO CONTEXTO PILARENSE

2.1 Caracterização do Município de Pilar (AL)

O município de Pilar está localizado na Região Metropolitana de Maceió, Estado de Alagoas, destacam-se como municípios limítrofes, Marechal Deodoro (34,9 km), importante polo histórico, cultural e turístico, e Rio Largo (29 km), terceiro município mais populoso de Alagoas - 93.927 pessoas (2022) -, está distante 36 km da capital, Maceió. Conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população residente é de 35.370 habitantes (2022), o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) é de 0,610 (2010) e a taxa de Escolarização, correspondente à faixa etária 6 a 14 anos, é de 96,8% (2010), concernente ao IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), anos iniciais e anos finais do ensino fundamental, na rede pública, é de 5,6 (2021) e de 4,4 (2021), respectivamente.

Historicamente, Pilar (AL) evidenciou-se pela importância econômica, cultural e intelectual para o Estado de Alagoas, mesmo antes da emancipação política, ocorrida em 1872, o que lhe garantiu autonomia administrativa. No século XVII, a produção de cana-de-açúcar era pujante, através dos diversos engenhos distribuídos pela região, que também se constituía como um importante entremeio comercial, através da laguna Manguaba. De modo igual, a indústria têxtil, teve um papel crucial para o desenvolvimento de Pilar (AL), com a Fábrica Pilarense (1892) e a Fábrica de Rendas e Bordados (1909). Ainda relativo à economia, vale salientar a pesca, realizada, sobretudo, na laguna Manguaba e no rio Paraíba do Meio, a indústria extrativa, especialmente a exploração de gás natural, e a indústria canavieira, por meio da usina Terra Nova, atualmente inativa.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, Pilar (AL) foi palco de uma profusão de jornais impressos e revistas, também de escritores e intelectuais, a exemplo de Arthur Ramos, renomado antropólogo, e Renato de Mendonça, diplomata de carreira - tendo atuado, inclusive, no México e na Espanha -, reconhecidos no Brasil e no exterior. Um fato histórico, de abrangência nacional, que ocorreu em Pilar (AL) em 1876, foi a última execução judicial do país, quando o escravo Francisco cumpriu a pena de morte por enforcamento, após ter cometido o crime de homicídio contra um casal de comerciantes pilarenses. Ainda em relação aos aspectos socioculturais, merecem ser realçados, a Festa de Nossa Senhora do Pilar, padroeira do município, incluída no Calendário Turístico e de Eventos Oficiais do Estado de Alagoas, pela Lei nº 8.449 de 22 de junho de 2021, e o Peixe Bagre do Pilar, símbolo do

município, considerado Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Alagoas, através da Lei nº 8.440, de 17 de junho de 2021.

No contexto atual, o município de Pilar (AL) atravessa uma fase de desenvolvimento econômico e social, alavancada pelos investimentos públicos e pelas parcerias com o setor privado, o que tem melhorado os índices que refletem a qualidade de vida da população. São exemplos palpáveis das mudanças ocorridas na última década: a criação do Distrito Industrial Prefeito Jorge Barbosa e do Centro Integral de Ensino Fundamental Bilíngue de Pilar; a construção do Hospital do Futuro, do Complexo Esportivo Professor Edson Maia, do Centro Educacional e Cultural Benedita Santos de Lima, do Complexo Cultural e Religioso Dilma Moreira de Mendonça Canuto e do Complexo Educacional Petrônio Viana; além da construção, em andamento, do Teleférico que ligará a parte baixa à parte alta da cidade, e do Monumento Cristo Redentor de Pilar, projetado para configurar-se como a maior estátua de Cristo do mundo (70 metros de altura).

Além disso, em Pilar (AL) está sendo construído um kartódromo de padrões internacionais, também é onde estão localizadas a UPGN (Unidade de Processamento de Gás Natural), importante produtora de gás natural no Brasil, e a CTR Metropolitana (Central de Tratamento de Resíduos Metropolitana), que reúne uma usina de biogás (2022) e uma usina de beneficiamento de pneus (2023). Diante do exposto, percebe-se que o município de Pilar (AL) se notabiliza pela importância histórica, cultural e econômica para o Estado de Alagoas, além disso, com base nas informações e nos dados apresentados, é possível inferir que Pilar (AL) oscilou entre momentos de escassez, principalmente ao longo do século XX, e de prosperidade, precipuamente na atualidade. Apesar dos avanços, algumas questões precisam ser evidenciadas e debatidas, neste caso relacionadas às políticas públicas educacionais e às políticas linguísticas no município, com o objetivo de apontar contradições, discutir ausências e propor alternativas.

Atualmente, existem 17 escolas ativas na rede pública municipal de Pilar (AL), são elas: Centro Integral de Ensino Fundamental Bilíngue de Pilar; Escola Padre Cícero; Escola Municipal de Educação Básica Antônio Eustáquio de Melo; Escola Municipal de Educação Básica Vereador José Washington Melo Maia; Escola Municipal de Educação Básica Presidente Emílio Garrastazu Médici; Escola Municipal de Educação Básica Professora Sueli Cristina Santos Chagas; Centro de Educação Infantil Rubens Cavalcante de Barros; Escola Municipal de Educação Básica Professora Jacy da Costa Ayres; Escola Municipal de Educação Básica Professor Arthur Ramos; Escola Municipal de Educação Básica Professora Maria Gorete da Silva; Escola Municipal de Educação Básica Professora Lourinete Barbosa Pereira; Escola Municipal de Educação Infantil Anísio de Souza; Escola Municipal de Educação Básica

Ministro Jarbas Passarinho; Escola Municipal de Educação Infantil Dr. Manoel Ramos; Escola Municipal de Educação Básica Nossa Senhora do Pilar; Escola Municipal de Educação Básica Professor Jorge Barros; Escola Municipal de Educação Básica Oséas Cardoso. Conforme dados do Censo Escolar, em 2023 foram mais de 8 mil alunos matriculados, entre a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos - EJA - (Fundamental).

2.2 Políticas linguísticas recentes em Pilar (AL)

Antes de tudo, é essencial apontar que as políticas linguísticas adotadas no município de Pilar (AL), para a educação básica, seguem o padrão estabelecido nacionalmente, no qual a língua inglesa tem sido utilizada como a primeira opção para o ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira moderna, superando a língua espanhola. Ademais das questões legais, pairam sobre tal escolha, as motivações, por vezes superficiais, já amplamente divulgadas e de conhecimento geral, que atribuem à língua inglesa o *status* de “língua superior”, com base nos argumentos da utilidade e da abrangência, especialmente quando se faz referência aos aspectos econômicos, tecnológicos e culturais.

Como afirma Calvet (2007, p. 11) “[...] o poder político sempre privilegia essa ou aquela língua [...]”, no caso pilarense, a escolha pela língua inglesa, em detrimento da língua espanhola, pela gestão pública municipal, especificamente pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, segue estritamente o que determina a legislação vigente no país - conforme a obrigatoriedade da oferta em alguns casos (Lei nº 13.415/2017) -, mesmo que estados e municípios possuam autonomia para incluir a língua espanhola na grade curricular, a opção é, quase sempre, pela língua inglesa. Os mitos sobre a facilidade em aprender a língua espanhola e/ou sobre o garbo ao entorno do falante de língua inglesa contribuem para essa discriminação e hierarquização entre as línguas.

Nessa perspectiva, foi criado o Centro Integral de Ensino Fundamental Bilíngue de Pilar, em 2022, no município de Pilar (AL), apresentando-se como uma iniciativa inovadora, já que, além de fazer parte da rede pública municipal, portanto subordinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o centro funcionava em tempo integral, oportunizando aulas no ensino regular e aulas específicas de língua inglesa, nos períodos matutino e vespertino. Louva-se o projeto executado pela administração pública municipal, uma vez que, de fato, verificou-se um progresso na educação pública de Pilar (AL) nos últimos anos, contudo, faz-se necessário apontar alguns problemas, por vezes não manifestados nas propagandas oficiais, como a

infraestrutura inadequada (e precária) para alunos e funcionários e a contratação de pessoal terceirizado sem a devida qualificação profissional, temas para um debate posterior.

A escolha pela língua inglesa, no caso do centro bilíngue de Pilar (AL), parece ter acompanhado as diretrizes nacionais, tanto do ponto de vista legal, como do ponto de vista normativo, que teimam em suprimir a língua espanhola do currículo da educação básica. Mera escolha ou imposição, o fato é que dificilmente a população é consultada para decidir sobre os rumos da própria educação, ocasionalmente pais e responsáveis podem opinar e optar. Quando a criança é matriculada no centro bilíngue de Pilar (AL), por exemplo, a única opção de língua estrangeira moderna é a língua inglesa, vale destacar que o ensino bilíngue não se limita ao ensino, concomitante, de língua portuguesa e de língua inglesa, além do mais, outras possibilidades podem (e devem) ser consideradas, afinal, o Brasil, *per se*, é um país multilíngue e diverso, em vários aspectos.

Em 2015, a Prefeitura Municipal de Pilar instituiu, por meio de Lei Municipal, o Plano Municipal de Educação de Pilar, com vigência de 10 anos, entre os anos de 2015 e de 2025, um documento norteador das políticas públicas educacionais do município, que expressa no Art. 4º “O Plano Municipal de Educação contém a **proposta educacional do Município** com suas respectivas metas e estratégias [...]” (Pilar, 2015, p. 2, grifo próprio), assim, a partir da leitura, reflexão e análise deste documento, será possível estabelecer um exercício dialógico sobre a realidade pilarense, acerca do ensino de línguas. De um modo geral, oferta-se à população pilarense (AL), através da rede pública municipal de ensino, a educação básica no nível fundamental, dos anos iniciais aos anos finais (1º ano ao 9º ano), além da EJA (Educação de Jovens e Adultos) no ensino fundamental, tanto na área urbana, como na área rural.

O Plano Municipal de Educação de Pilar versa sobre a oferta bilíngue em duas situações distintas: quando do ensino bilíngue em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), como primeira língua e em língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua, também quando do ensino bilíngue em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa, a partir da educação infantil até aos anos iniciais do ensino fundamental. No documento não se faz referência à oferta bilíngue do ensino de língua estrangeira moderna, tampouco de língua inglesa, nos moldes do centro bilíngue de Pilar (AL), que abrange turmas do 1º ano ao 3º ano do ensino fundamental, o ensino poderia ser bilíngue de língua portuguesa e de língua espanhola, bem como poderia ser plurilíngue, e pelas necessidades locais que surgiram recentemente, a última alternativa seria a mais viável.

Pesem as questões supracitadas, a administração pública municipal, que nos últimos anos tem utilizado estratégias e ações para transformar a cidade de Pilar (AL) em um polo

turístico, em particular o turismo religioso e o turismo cultural, distribuiu placas de atrativos turísticos em determinados locais da parte baixa (cidade antiga) e da parte alta (Chã do Pilar) de Pilar (AL), com teor informativo em língua portuguesa, em língua inglesa e, por último, em língua espanhola. Depreende-se que o objetivo tácito é a comunicação com indivíduos que possuam a capacidade de compreender as informações em quaisquer dos idiomas, ou seja, em português, inglês ou espanhol, contudo, quando a gestão pública do município oportuniza, ainda que em pequena escala, a oferta de língua inglesa na rede pública municipal (como é o caso do centro bilíngue de Pilar), em detrimento da língua espanhola, expõe, minimamente, o desinteresse pelo ensino de língua espanhola, trazendo prejuízos à população local, afinal, ela própria faz parte da cadeia do turismo.

Figura 1 - Placa de atrativo turístico no Mirante Rolo do Major, em Pilar (AL)



Fonte: Próprio autor. 25 Ago. 2024.

É interessante abrir um parênteses para analisar as informações contidas na placa de atrativo turístico (Figura 1), localizada no Mirante Rolo do Major, em uma das vias de acesso ao centro da cidade do Pilar (AL); do ponto de vista sintático e semântico, em um cenário hipotético, um aluno matriculado na rede pública municipal, no ensino fundamental, depara-se com esta placa e tem, diante de si, a mesma mensagem em três idiomas diferentes - português, inglês e espanhol, respectivamente -, o primeiro enunciado, em língua portuguesa, traz a palavra “Mirante” abreviada para “Mir.”, associando-se com o último enunciado, em língua espanhola, onde a palavra “Mirador” substitui a palavra “Mirante”, surge uma indagação: esse mesmo aluno, que não teve acesso à aprendizagem de língua espanhola, teria elementos suficientes para

inferir que “Mir.” significa “Mirante” e não “Mirador”, no primeiro enunciado? Além disso, como esse aluno conceberia a utilização da preposição “de” no último enunciado e a inexistência dessa mesma preposição no primeiro enunciado?

No exemplo citado anteriormente, a compreensão se dá, essencialmente, por inferência, entretanto, a popularização do mito da facilidade para aprender e compreender a língua espanhola, pela proximidade linguística com a língua portuguesa, e de se comunicar com certa clareza em situações reais de uso da língua, no cotidiano, tem contribuído para reforçar a imagem de irrelevância do ensino de língua espanhola nas escolas brasileiras, haja vista, o fator preponderante, neste tipo de comunicação, é a compreensão mínima mútua, ou seja, os interlocutores precisam, apenas, compreender partes da mensagem recebida, desconsiderando outras questões pertinentes aos atores envolvidos no diálogo, como às de ordem social, histórica, cultural e política. Desestimar a aprendizagem de língua espanhola, com base no argumento da similaridade com a língua portuguesa, é uma das maneiras de suprimir o ensino de língua espanhola do currículo escolar.

Isto posto, torna-se relevante assinalar que a administração pública municipal de Pilar (AL), por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, oportunizou, no início de 2024, um “curso de espanhol” direcionado à comunidade pilarense, essencialmente aos alunos matriculados na rede pública municipal a partir do 6º ano do ensino fundamental, organizado em 04 turmas com capacidade para atender até 120 alunos (máximo de 30 alunos por turma), realizado na Biblioteca SESI Indústria do Conhecimento Escritor José Benjamim, localizada no bairro Chã do Pilar. Na rede social *Instagram*, especificamente na página oficial da biblioteca, local onde o curso foi divulgado (ver Figura 2), os interessados foram convidados a aprender um “idioma incrível” e a “expandir seus horizontes linguísticos e culturais”, já no edital de pré-matrícula (Nº 02/2024) as informações se limitaram às questões organizacionais e burocráticas, logo, não ficou claro qual(is) o(s) objetivo(s), sobretudo de ordem pedagógica, do curso.

Se por um lado, a ação denota uma predisposição incipiente para a promoção do ensino-aprendizagem de língua espanhola no município de Pilar (AL), o que de certo modo é estimável, por outro, mascara a realidade, principalmente porque não alcança um número considerável de estudantes e não contempla outros grupos, para além dos elegíveis para o curso. Em contrapartida, diante da realidade que encaminha o ensino de língua espanhola para a marginalização (e possível supressão na educação básica) é preciso reconhecer, desde uma perspectiva otimista, que o mínimo pode ser uma oportunidade de fazer-se existir. Dessa forma, a despeito das críticas já mencionadas, a inclusão do ensino de língua espanhola nas escolas da

rede pública municipal de Pilar (AL) perpassa, também, por soluções já indicadas pela própria Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Figura 2 - Informativo do SESI na rede social *Instagram*



Fonte: Biblioteca SESI Escritor José Benjamim.
01 Mar. 2024.

Outro elemento importante para caracterizar as políticas linguísticas recentes em Pilar (AL), refere-se à contratação (efetiva ou temporária) de professores de línguas, tais dados e informações podem revelar o panorama e as perspectivas para o ensino de línguas estrangeiras modernas no município. O último concurso público para a contratação definitiva de professores de língua estrangeira, neste caso de língua inglesa, ocorreu em 2019 - Edital nº 01/2019 - para o cargo de “Professor de Inglês”, já o último processo seletivo simplificado (nº 01/2023) para a contratação temporária de professores de língua estrangeira, ocorrido em 2023 - Edital nº 01/2023 -, trouxe uma novidade: “Professor de Espanhol para oficinas”, em contrapartida, disponibilizou vagas para “Professor de Atividades de Língua Inglesa para os anos iniciais”, “Professor de Inglês (6º ao 9º ano)” e “Professor de Inglês para Escola Bilíngue”. Vale realçar que o profissional contratado para atuar como “Professor de Espanhol para oficinas” foi lotado na Biblioteca SESI Indústria do Conhecimento Escritor José Benjamim, local onde é realizado o “Curso de Espanhol” disponibilizado pela prefeitura municipal.

Nota-se que, de forma ainda embrionária e discreta, há uma tentativa de introduzir o ensino de língua espanhola na rede pública municipal de Pilar (AL), resta saber se de modo progressivo e permanente ou ocasional, como o curso ofertado na Biblioteca SESI, que não faz parte da oferta regular da rede pública municipal de ensino. Não obstante, e com as devidas ressalvas, a partir da contratação de professores de espanhol (2023) e através da criação do

curso de espanhol (2024), o município de Pilar (AL) deu um passo importante para o reconhecimento institucional e a valorização do ensino de língua espanhola.

3. PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO DO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PILAR (AL)

A partir das discussões realizadas nos capítulos anteriores, tornou-se possível apresentar um panorama, ainda que sucinto, da realidade pilarense, relativo a distintos aspectos do município, inclusive sobre as políticas linguísticas instituídas na última década. Ao longo deste capítulo, serão discutidas algumas possibilidades para a inclusão do ensino de língua espanhola na rede pública municipal de Pilar (AL), com base nas necessidades apontadas no decorrer deste trabalho. De antemão, cabe salientar que a população local deve, sempre, ser consultada acerca de qualquer proposta que impacte diretamente em sua realidade, o debate preliminar perpassa, também, pela constatação das demandas advindas diretamente da comunidade, estas orientam o debate técnico e sugerem alternativas para a tomada de decisão, portanto, a participação popular é essencial para legitimar as escolhas e o processo.

[...] os agentes que tomam decisões sobre as línguas devem saber que os usuários precisam participar das discussões e de sua própria implementação, considerando que os debates sobre língua fazem parte de confrontos em que interagem questões concernentes às relações entre identidades sociais e práticas de linguagem. (Lagares, 2018, p. 33).

Em um primeiro momento, deve-se frisar que as políticas linguísticas recentes adotadas pelo município de Pilar (AL) baseiam-se em uma perspectiva bilíngue, no ensino regular e, sobretudo, no centro bilíngue, nos quais são promovidos o ensino de língua portuguesa (língua materna) e língua inglesa (língua estrangeira moderna), a exceção constitui-se na Biblioteca SESI, onde além da língua portuguesa e da língua inglesa, oferta-se o ensino de língua espanhola, ainda que para um número reduzido de estudantes. Longe de se caracterizar pelo plurilinguismo, a gestão pública municipal tem favorecido o ensino-aprendizagem da língua inglesa como segunda língua, na rede pública municipal, já nos eventos oficiais da prefeitura, por exemplo, é comum a exibição de crianças falando ou cantando em inglês, uma espécie de atrativo político-popular baseado na premissa falsa de que “falar inglês é chique”.

Na realidade atual, moldada pela heterogeneidade, do ponto de vista social, cultural e político, faz-se necessário discutir sobre o multilinguismo como uma opção válida de política linguística local. No caso pilarense, pela localização geográfica, importância histórica, cultural e econômica, além das políticas públicas recentes voltadas para o desenvolvimento do turismo, ressaltando-se a construção do kartódromo internacional e do monumento cristo redentor (que

será o maior do mundo, conforme estimativas da prefeitura) é primordial fomentar o multilinguismo nas escolas da rede pública municipal, não somente como um instrumento de trabalho para a população, mas também como uma forma de refletir sobre o multiculturalismo e promover a interculturalidade e a diversidade.

Existem vários argumentos para defender o multilinguismo. Alguns deles fazem referência, de uma perspectiva ecológica, aos saberes e visões de mundo ‘contidos’ na língua, por considerarem que cada idioma faz um recorte da realidade, organiza o mundo de uma maneira diferente e completamente original [...]. (Lagares, 2018, p. 152).

Por este viés, entende-se que o ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira moderna deve cumprir uma função também social (para além do escopo unicamente educacional, notadamente aquele que busca a instrumentalização), na qual os alunos possam experimentar, na sala de aula, situações que remetam às dificuldades e aos conflitos do cotidiano, bem como discutir, a partir de posições multifocais, as diferentes possibilidades de intervenção na realidade. Por isso, a opção pelo multilinguismo apresenta-se como um caminho acessível (e justificável) para a inclusão do ensino de língua espanhola nas escolas da rede pública do município de Pilar (AL).

Ainda, deve-se salientar o aspecto legal que inunda o debate acerca do ensino de língua espanhola no Brasil, responsável por interferir nos rumos da disciplina, seja para o seu fortalecimento, seja para o seu apagamento, este último tem sido a realidade fatídica no país, apesar dos esforços contrários de professores e ativistas, na última década, discussão realizada no primeiro capítulo deste trabalho. É preciso enfatizar que a mudança na legislação é concebida como uma parte indispensável no processo de implantação do ensino de língua espanhola nas instituições de ensino da rede pública, uma vez que proporciona amparo legal para gestores e professores.

Evidencia-se como uma possibilidade para a inclusão do ensino de língua espanhola na rede pública municipal pilarense (AL), a propositura de uma lei municipal, por iniciativa popular ou através do poder legislativo, nos mesmos moldes da lei que instituiu a disciplina História do Município de Pilar, cujo dispositivo (Lei nº 598/2015, de 04 de dezembro de 2015) “regulamenta a obrigatoriedade do ensino de História do Município de Pilar, na matriz curricular do sistema público municipal de ensino [...]”. Vale destacar que o debate sobre tais mudanças na legislação local deve ocorrer, preferencialmente, em um estágio mais avançado, após consulta pública e discussões técnicas, onde serão assomadas as necessidades, as

potencialidades e a viabilidade da inclusão do ensino de língua espanhola na rede pública municipal de Pilar (AL).

Em se tratando da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que também está inserida na rede pública municipal de Pilar (AL), igual modo, o ensino de língua espanhola não faz parte da grade curricular, que corresponde a mesma grade curricular adotada para as turmas do ensino fundamental, ainda que o grupo da EJA possua determinadas peculiaridades (condições de trabalho, emprego e renda, por exemplo) e, portanto, necessidades específicas de ensino-aprendizagem. O currículo segue o padrão estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), não se configurando como um impeditivo para alterações pontuais, tendo em vista àquelas características locais que demandam outras formas de ensinar (como ensinar) e aprender (o que aprender). Sobre esse tema o Plano Municipal de Educação de Pilar, dispõe que:

O currículo a ser oferecido no curso de Educação de Jovens e Adultos compreende as disciplinas previstas para a Base Comum Nacional, conforme o disposto nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental, assim como os conhecimentos e as habilidades adquiridos no trabalho e por meios informais, habilitando o prosseguimento de estudos em caráter regular [...]. (Pilar, 2015, p. 54).

O ponto crucial dessa questão, relacionada à maior parte dos alunos da EJA, é a educação paralela ao trabalho, mesmo que a motivação para concluir o ensino fundamental através da educação de jovens e adultos seja diversa, muitos dos estudantes estão vinculados ao mercado de trabalho formal ou informal, outros estão buscando meios para a sua inserção neste mercado, nesse contexto, a educação deve servir como ponte e oportunizar uma formação dedicada ao mundo do trabalho e, também, à cidadania, assim, o currículo deve abranger as demandas e os interesses dos estudantes. No caso pilarense (AL), com o turismo e o comércio em expansão, faz-se necessário criar estratégias para que a população esteja preparada para assumir os postos de trabalho, nesse sentido, o ensino de língua espanhola nas escolas da rede pública municipal, para as turmas da EJA, por exemplo, traria benefícios notáveis aos estudantes.

Outras iniciativas devem ser consideradas, embora meramente paliativas podem ser capazes de impulsionar o ensino da disciplina no município, a exemplo daquela que ocorre na Biblioteca SESI, que está longe do ideal, mas que tem um alcance suficiente para evidenciar o ensino de língua espanhola em Pilar (AL). Como sugestão, poderiam ser criados núcleos de aprendizagem extracurricular de língua espanhola nas escolas onde funcionam a EJA, nestes

espaços as aulas de língua espanhola seriam direcionadas para suprir carências efetivas dos alunos, com base na visão utilitária da língua, desse modo, estes núcleos serviriam de apoio para o estudante se preparar para processos seletivos, como concursos públicos e vestibulares, por exemplo, ou para incrementar novos conhecimentos a sua realidade laboral.

Ressaltando-se a importância histórica, econômica, turística, cultural e gastronômica do município de Pilar (AL), novos horizontes surgem para o ensino de língua espanhola nas escolas da rede pública municipal, é o caso do projeto “Informantes Culturais”, promovido pela administração pública municipal desde 2021, destinado a alunos tanto da rede pública como da rede privada de ensino, no qual o ensino de língua espanhola pode (e deve) fazer parte das disciplinas ofertadas. Espera-se que o kartódromo internacional e o monumento Cristo Redentor de Pilar, juntamente com os novos empreendimentos e demais aparelhos turísticos instalados no município, além das empresas de importância regional, atraiam turistas de várias localidades do Brasil e, inclusive, de outros países, com destaque para aqueles provenientes da Argentina, principal país de origem dos turistas em território alagoano.

É em tais circunstâncias que o ensino de língua espanhola pode ganhar notoriedade no município de Pilar (AL), com base nessas informações, os técnicos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura podem propor mudanças no currículo, ficando a cargo do poder legislativo as propostas de mudanças na legislação local. Aliás, é primordial provocar a reflexão: a gestão pública municipal tem condições factuais para construir um “centro trilíngue - português, espanhol e inglês” ou mesmo transformar o atual centro bilíngue em um centro trilíngue. A partir dos argumentos elencados neste capítulo, foi possível perceber que existem várias alternativas para a inclusão do ensino de língua espanhola nas escolas da rede pública municipal de Pilar (AL), desde as mais simples até as mais complexas, todas elas têm em comum as necessidades dos estudantes pilarenses e as potencialidades que o município adquiriu na última década.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate acerca do ensino de língua espanhola no Brasil, na atualidade, pode ser realizado sob diversas perspectivas, sejam elas políticas ou históricas, de teor cultural ou pedagógico, ele é crucial para o restabelecimento do espaço que a disciplina “Espanhol” perdeu na última década, notadamente na educação básica. Este trabalho teve como finalidade pleitear tal espaço, ainda que em nível local, porque não é possível pensar no futuro do ensino de língua espanhola no país, se existem tantas incertezas quanto a sua subsistência nas instituições públicas de ensino, inclusive nas instituições de nível superior.

Nesse sentido, percorreu-se um caminho que tratou sobre as políticas linguísticas, observou-se que elas são promovidas, frequentemente, pelo Estado, que possuem o poder decisório e de instituição/imposição de normas, essas políticas linguísticas são meios para responder a determinadas demandas sociais e demandas político-econômicas, embora nem sempre elas supram as necessidades da população. Em Pilar (AL), a gestão pública municipal tem adotado uma política linguística que corrobora com o padrão nacional, na qual o ensino de língua espanhola possui uma relevância secundária (a despeito do curso de espanhol ofertado na Biblioteca SESI e onde privilegia-se o Inglês em detrimento do Espanhol).

Sendo assim, faz-se necessário repensar a política linguística fixada pelo município, baseada, sobretudo, no bilinguismo, como é o caso do centro bilíngue (português e inglês); deste modo, o multilinguismo se apresenta como uma opção viável, uma vez que se aproxima das urgências da sociedade atual, outrossim, eventualmente o trilinguismo, como já ocorre em algumas instituições de ensino do país. Por último, resulta fundamental provocar o poder público local para mudanças na legislação municipal que acarretem a inclusão do ensino de língua espanhola nas escolas da rede pública municipal de Pilar (AL), com base nas necessidades da população e nas potencialidades do município.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Kristianny Brandão Barbosa de; OLIVEIRA, Aline Vieira Bezerra Higino de. Políticas linguísticas e o ensino da língua espanhola no Estado de Alagoas: apagamentos e perspectivas. **Revista Areia**, [S. l.], v. 4, n. 5, p. 197–210, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/rea/article/view/12471>. Acesso em: 24 mar. 2023.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial, IPOL, 2007.

HIDALGO, Luisa da Silva; VINHAS, Luciana Iost. Políticas linguísticas sobre o ensino de espanhol no Brasil: efeitos do discurso neoliberal. **Revista Linguagem e Ensino**, Pelotas, v. 24, n. 3, jul-set (2021), Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article>. Acesso em: 25 mar 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conheça cidades e Estados do Brasil. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pilar/panorama>>. Acesso em: 09 de ago. 2024.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em 04 de nov. de 2024.

LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística?** desafios glotopolíticos contemporâneos. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. 256 p.

MORAIS, Bárbara Baldarena. **El español no está lejos de aquí: políticas linguísticas e o ensino de espanhol no Brasil**. Orientadora: Vera Lúcia Harabagi Hanna. 2018, 224 f. Tese (doutorado em Letras). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UPM_8e1d9d43fc6be5807c376ea1772f27b1. Acesso em: 28 fev. 2023.

OLIVEIRA, Andreza Monique Firmino. **A implantação da língua espanhola na grade curricular das escolas públicas do município de Arapiraca-AL**. Universidade Federal de Alagoas, 2018. 23 f. Disponível em: <https://ud10.arapiraca.ufal.br/repositorio/publicacoes/2642>. Acesso em: 25 mar. 2023.

PILAR. Edital nº 01/2019, de 06 de agosto de 2019. Dispões sobre a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos do Município de Pilar. Disponível em: <<https://www.pilar.al.gov.br/assets/pdf/concursos/06-2019/edital-01.pdf>>. Acesso em 28 de maio de 2024.

_____. Edital nº 01/2023. Dispõe sobre a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária e formação de cadastro de reserva de pessoal com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Complexo Esportivo da Rede Municipal de Ensino. Disponível em: < <https://www.pilar.al.gov.br/edital-pss-2023/>>. Acesso em 12 de maio de 2024.

_____. Lei n. 598/2015, de 04 de dezembro de 2015. Regulamenta a obrigatoriedade do ensino de História do Município do Pilar, na matriz curricular do sistema público municipal de ensino e dá outras providências. Disponível em: <https://www.pilar.al.gov.br/assets/pdf/leis/2015/Lei%20598_2015%20Hist%C3%B3ria%20de%20Pilar%20no%20Sistema%20de%20Ensino.pdf>. Acesso em 25 de set. de 2024.

_____. Plano Municipal de Educação de Pilar. Disponível em: <<https://www.pilar.al.gov.br/assets/pdf/planos/educacao/PME%20Atualizado%202015-2025.pdf>>. Acesso em 02 de set. 2024.